



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 1.170/2004

“Dispõe sobre autorização para o SAAE, Autarquia Municipal conceder anistia aos devedores inscritos na dívida ativa e dá outras providências”

O Povo do Município de Lajinha, Estado de Minas, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Autarquia Municipal – Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE, autorizada a conceder ANISTIA aos contribuintes inscritos na Dívida Ativa ou não referente aos débitos apurados e confessados junto à sede da Autarquia.

Art. 2º - A anistia deve ser concedida dentro dos limites impostos e somente após regular solicitação do contribuinte.

Parágrafo único: o desconto a ser concedido será igual ao valor obtido com base no percentual a ser aplicado nos débitos que obedecerá os seguintes parâmetros:

- a) Débitos até R\$100,00 – 50% do valor final apurado;
- b) Débito de R\$101,00 até R\$500,00 – 45% do valor final apurado;
- c) Débito de R\$501,00 até R\$1.000,00 – 40% do valor final apurado;
- d) Débito acima R\$1.001,00 – 35% do valor final apurado.

Art. 3º - Para a contemplação do benefício, deverá o débito ser resgatado no prazo de 30 dias contados da data do protocolo do requerimento no órgão competente pelo contribuinte.

Art. 4º - A presente anistia deverá ser concedida igualmente aos servidores públicos municipais, devendo o débito final apurado ser remetido ao Setor de pessoal da Prefeitura Municipal de Lajinha para lançamento a débito na respectiva folha de pagamento, na forma da lei.

Art. 5º - Os processos de apuração e formalização do benefício de anistia concedido na presente lei, deverão estar concluídos até o dia 20 de dezembro de 2004.

Art. 6º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO
ANO DOIS MIL E QUATRO. (10-11-2004)

Ver. TARCÍSIO FONSECA DOS SANTOS
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal e transformada na Lei nº 1.170/04 em 22/11/2004, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais
At. Legislativo